



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

ÁGATA MARIA XAVIER DE ARAÚJO

**CONHECIMENTO DE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE
SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**TERESINA
2023**

ÁGATA MARIA XAVIER DE ARAÚJO

**CONHECIMENTO DE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE
SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Enfermagem como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientador (a): Prof.^a Ms. Adriana Sousa Carvalho de Aguiar

Coorientador(a): Prof.^a Dra. Samira Rêgo Martins de Deus Leal

**TERESINA
2023**

ÁGATA MARIA XAVIER DE ARAÚJO

**CONHECIMENTO DE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE
SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Enfermagem como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Ms. Adriana Sousa Carvalho de Aguiar
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Presidente

Dra. Samira Rêgo Martins de Deus Leal
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
1º Examinador(a)

Dra. Lorena Uchôa Portela Veloso
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
2ª Examinador(a)

À todas as pessoas com deficiências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Ele foi e sempre será o meu alicerce, minha base forte, o motivo da minha existência. A sua bondade e misericórdia me fizeram alcançar lugares inimagináveis.

Agradeço a todos os acadêmicos que se dispuseram a contribuir com essa pesquisa, ajudando-me a alcançar esse objetivo.

À minha família que indubitavelmente me incentiva e acredita nos meus planos. Em especial, aos meus pais, por não medirem esforços para que eu chegasse até aqui, a realização de um sonho.

À minha orientadora, Prof. Ms. Adriana Aguiar, por acreditar em mim, pela disponibilidade, paciência e dedicação. Obrigada por sua atenção, por todos os conselhos e orientações. Levarei comigo todos os seus ensinamentos.

Ao meu querido Paulian, por todo amor, respeito, carinho e incentivo.

Às minhas amigas de curso, Amanda Rodrigues, Deisyele Moura, Maria Gabriela Ribeiro e Glória Stéphany. Obrigada pela amizade e por todos os momentos de alegria, aprendizado e companheirismo.

A todos que estiveram na torcida por mim, o meu muito obrigada!

...que quem não canta, dance a voz do
outro!

Quem não toca, que dance pousado nos
acordes de quem toca!

Porque perfeito, só tudo junto. Só uma
das mãos, não faz o aplauso. Só uma
boca, jamais fará o beijo.

Todos juntos sim, podem formar a imensa
risada...

Oswaldo Montenegro

RESUMO

Introdução: A perspectiva da integralidade e da equidade no cuidado em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) define que o atendimento em saúde aos indivíduos ocorra de acordo com suas necessidades (particularidades) e seja articulado a diferentes níveis de complexidade do sistema. Diante disso, as pessoas com deficiência são mais vulneráveis ao adoecimento devido às peculiaridades de sua condição, o que exige uma assistência pautada no pressuposto de que, além da necessidade de atenção à saúde específica da sua própria condição, esses indivíduos também podem ser acometidos por doenças e agravos comuns aos demais, necessitando de outros tipos de serviços além daqueles estritamente ligados à sua deficiência.

Objetivo: Avaliar o conhecimento de acadêmicos da área da saúde sobre pessoas com deficiência.

Métodos: Estudo com abordagem quantitativa. A coleta de dados ocorreu no período de maio a junho de 2023. O estudo foi realizado em uma universidade pública, localizada no município de Teresina, Piauí. A amostra foi composta por 207 acadêmicos, dos três primeiros e dos três últimos semestres dos cursos de enfermagem, fisioterapia e medicina. Para a coleta de dados, foi aplicado um instrumento, o qual aborda a caracterização acadêmica e a avaliação do conhecimento sobre pessoas com deficiência. Ressalta-se que o instrumento de avaliação do conhecimento foi construído tomando-se como referência o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência e o conteúdo de um manual educativo validado que aborda sobre acessibilidade e inclusão. Para as associações entre as variáveis nível de conhecimento e faixa etária, curso e semestre, utilizou-se do teste qui-quadrado, considerando como estatisticamente significantes as análises estatísticas quando $p < 0,05$.

Resultados: A amostra foi composta por 207 acadêmicos, com idade entre 18 e 34 anos, predominantemente alunos do curso de enfermagem (40,1%) seguido de fisioterapia (39,6%), cursando o primeiro trimestre (65,2%). Quanto à formação acadêmica, 33,8% vivenciaram o atendimento a PcD em campos de estágio curricular, mas a maioria, 86%, se sente pouco ou não se sente capacitado para prestar assistência em saúde a esse público. Quanto à avaliação do conhecimento sobre PcD, as questões com maior índice de acertos variaram de 87,43% a 98,55%, correspondentes a assuntos sobre a importância da comunicação na assistência a esse público, grupos que não são classificados como PcD e com a definição de PcD física/motora. Quanto à classificação do nível de conhecimento, a maioria (69,0%) dos acadêmicos apresentou nível insatisfatório. Verificou-se associação entre nível de conhecimento e curso de graduação ($p=0,14$), assim como entre o nível de conhecimento e o semestre do curso ($p<0,001$).

Conclusão: Verificou-se que a maioria dos acadêmicos demonstrou nível insatisfatório de conhecimento sobre pessoas com deficiência. Percebe-se a necessidade da oferta de aulas sobre o atendimento às particularidades em saúde da pessoa com deficiência, assim como, também, de incentivo aos projetos de pesquisa e de extensão durante a graduação sobre essa temática.

Descritores: Pessoas com Deficiência. Atenção à Saúde. Serviços de Saúde. Saúde da Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

Introduction: The perspective of integrality and equity in health care in the Unified Health System (Brazilian SUS) defines that health care for individuals occurs according to their needs (particularities) and is articulated at different levels of complexity of the system. Therefore, people with disabilities are more vulnerable to illness due to the peculiarities of their condition, requiring differentiated health care. Thus, assistance to these people should be based on the assumption that, in addition to the need for specific health care for their condition, these individuals can also be affected by diseases and injuries common to others, requiring services other than those strictly linked to their disability. **Objective:** To evaluate the knowledge of health academics about people with disabilities. **Methods:** Study with a quantitative approach. Data collection occurred from May to June 2023. The study was conducted at a public university, located in the municipality of Teresina, Piauí. The sample consisted of 207 students, from the first three and the last three semesters of nursing, physiotherapy, and medicine courses. For data collection, an instrument was applied, which addresses the academic characterization and evaluation of knowledge about people with disabilities. It is noteworthy that the instrument of evaluation of knowledge was built taking as reference the Statute of Person with Disability, the National Health Policy of Persons with Disabilities, and the content of a validated educational manual that addresses accessibility and inclusion. The data was organized and stored in a structured database of Microsoft Excel and was subsequently analyzed in the software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), version 20,0. For the associations between the variable's level of knowledge and age group, course, and semester, we used the chi-square test, considering statistical analysis as statistically significant when $p < 0,05$. **Results:** The sample consisted of 207 students, aged between 18 and 34 years, predominantly nursing students (40,1%) followed by physiotherapy (39,6%), attending the first trimester (65,2%). Regarding academic training, 33,8% experienced the service to PwD in curricular internship fields, but most, 86%, feel little or do not feel qualified to provide health care to the public. Regarding the evaluation of knowledge about PwD, the questions with the highest success rate ranged from 87,43% to 98,55%, corresponding to subjects on the importance of communication in assistance to these public, groups that are not classified as PwD and with the definition of physical/motor PwD. Regarding the classification of the level of knowledge, the majority (69,0%) of the students presented an unsatisfactory level. There was an association between the level of knowledge and undergraduate course ($p = 0,14$), as well as between the level of knowledge-cement and the semester of the course ($p < 0,001$). **Conclusion:** It was found that most academics demonstrated unsatisfactory levels of knowledge about people with disabilities. It is perceived the need to offer classes on attendance for particularities in the health of the person with disabilities, as well as, of incentive to the research projects and extension during the graduation on this theme.

Descriptors: People with Disabilities. Health Care. Health Services. Health of the disabled person.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos acadêmicos segundo características sociodemográficas e acadêmicas, Teresina - PI, 2023.....	22
Tabela 2 - Caracterização dos estudantes segundo formação acadêmica e a temática pessoas com deficiência, Teresina – PI, 2023.....	23
Tabela 3 - Nível de conhecimento dos acadêmicos sobre pessoa com deficiência, Teresina – PI, 2023.....	24
Tabela 4 - Distribuição de acertos quanto ao conhecimento sobre pessoas com deficiência (PcD), Teresina – PI, 2023.....	24
Tabela 5- Associação do nível de conhecimento sobre pessoa com deficiência com variáveis sociodemográficas e acadêmicas, Teresina – PI, 2023.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVO	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
3.1 Assistência em Saúde a Pessoas com Deficiências (PcD)	14
3.2 Atitude dos Profissionais de Saúde Frente à PcD	15
4 MÉTODOS	19
4.1 Tipo de Estudo	19
4.2 Local de Estudo	19
4.3 População e Amostra	20
4.4 Coleta de Dados	20
4.5 Análise de Dados	21
4.6 Aspectos Éticos e Legais	21
5 RESULTADOS	23
6 DISCUSSÃO	27
7 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Instrumento de Coleta de Dados	37
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido	40
ANEXOS	
ANEXO A - Declaração de Autorização da Instituição Coparticipante	42
ANEXO B - Parecer Consustanciado do CEP	43
ANEXO C - Declaração de Revisão Ortográfica	48
ANEXO D – Declaração de Tradução	49

1 INTRODUÇÃO

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Essas pessoas têm maior exposição a fatores de risco, baixa condições socioeconômicas, pouco acesso à educação e aos serviços de saúde, além de déficit de informações. Assim, elas tornam-se mais vulneráveis ao adoecimento, exigindo atenção diferenciada à saúde devido às peculiaridades de sua condição (MAFFACCIOOLI et al., 2018).

A perspectiva da integralidade e da equidade no cuidado em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) define que o atendimento em saúde aos indivíduos ocorra de acordo com suas necessidades (particularidades) e seja articulado a diferentes níveis de complexidade do sistema (BRASIL, 2022).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência tem o objetivo de contemplar a diversidade que são as deficiências no contexto do atendimento de saúde. Desse modo, a assistência a essas pessoas deve se pautar no pressuposto de que, além da necessidade de atenção à saúde específica da sua própria condição, esses indivíduos também podem ser acometidos por doenças e agravos comuns aos demais, necessitando de outros tipos de serviços além daqueles estritamente ligados à sua deficiência (BRASIL, 2008; MACHADO, 2018).

No entanto, estudos apontam que pessoas com deficiência não se sentem assistidas em suas necessidades quando procuram tais serviços, como também não se sentem acolhidas pelos profissionais de saúde, no sentido de terem sua condição reconhecida e valorizada. Muitos desses profissionais não apresentam uma formação capaz de reconhecer e considerar as especificidades em saúde dessas pessoas, o que interfere na qualidade da assistência (DIAS; FRICHE; LEMOS, 2019; BEZERRA et al., 2020).

A acessibilidade aos serviços de saúde é considerada um dos principais problemas relacionados à assistência às pessoas com deficiência. Várias barreiras limitam os cuidados em saúde a esses usuários, não só o acesso físico aos serviços, mas inclusive as barreiras comunicacionais e atitudinais dos próprios profissionais (SOARES et al., 2018; CASTRO, 2021). Fator este capaz de gerar sentimentos negativos

e insatisfação nessa clientela quanto aos serviços e profissionais da saúde. Diante disso, ressalta-se a importância da capacitação dos profissionais que assistem esta população.

São frequentes os debates sobre as competências profissionais necessárias para que as pessoas com deficiência possam ver garantidos seus direitos de acesso a esses serviços com qualidade, sobretudo, no que se refere à interface interdisciplinar (AGUIAR, et al., 2021).

A falta de inclusão desse segmento populacional nos serviços de saúde implica uma redução do atendimento, contribuindo para a diminuição na participação de programas voltados para promoção, prevenção e manutenção da saúde, o que representa riscos para a saúde das pessoas com deficiência devido à descontinuidade da assistência e da pouca adesão desse público.

As políticas públicas relacionadas à saúde da pessoa com deficiência fazem menção à capacitação de recursos humanos e à qualificação do atendimento em saúde (BRASIL, 2008; BRASIL, 2012). A capacitação dos profissionais da saúde para uma atuação interdisciplinar deve ser considerada, pois o cuidado com pessoas com deficiência deve ser realizado em redes de atenção à saúde, em função das necessidades dessa população.

Diante disso, corrobora-se com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, que sinaliza a necessidade da inclusão de disciplinas e de conteúdos voltados para a reabilitação e atenção à saúde desse público nos currículos de graduação da área da saúde, refletindo a importância de dar visibilidade a essa temática na formação dos profissionais dessa área, capacitando-os para um cuidado integral com esse grupo populacional.

À frente dessa temática foi delimitada a seguinte questão norteadora: qual é o conhecimento dos acadêmicos da área da saúde sobre pessoas com deficiência? Tem-se como hipótese de pesquisa o déficit de conhecimento dos acadêmicos da área da saúde sobre pessoas com deficiência, por tratar-se de um assunto pouco abordado na formação.

Espera-se, com este estudo, abrir espaço para a discussão da diversidade no cuidado em saúde, tendo como temática a pessoa com deficiência, bem como contribuir para um diagnóstico da situação local, além de identificar fragilidades e oportunizar o (re)pensar da formação acadêmica voltada para uma assistência em saúde inclusiva.

Além disso, espera-se sensibilizar acadêmicos da área da saúde (futuros profissionais) em relação à importância de adquirir conhecimentos sobre essa temática, o que pode contribuir para a qualidade do cuidado prestado, melhorando, assim, as condições de saúde desses usuários.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Avaliar o conhecimento de acadêmicos da área da saúde sobre pessoas com deficiência.

2.2 Objetivos específicos

Caracterizar o perfil acadêmico e sociodemográfico da amostra.

Estimar o nível de conhecimento dos acadêmicos da área da saúde à cerca da temática pessoa com deficiência.

Comparar o nível de conhecimento de acadêmicos da área da saúde dos três primeiros e três últimos semestres.

Verificar a associação entre as variáveis acadêmicas e nível de conhecimento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Assistência em Saúde à Pessoa com Deficiência (PcD)

Prevê-se que nos próximos anos o quantitativo de pessoas com deficiência aumente em virtude do próprio envelhecimento populacional, do risco acentuado de deficiências nas pessoas com idade avançada e como resultado do aumento de problemas crônicos, envolvendo doenças graves como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e distúrbios mentais. Esta é uma situação especialmente relevante em países com grandes desigualdades sociais, aqueles nos quais as pessoas com deficiência apresentam as piores perspectivas de saúde, baixos níveis de escolaridade, menor participação econômica e taxas de pobreza elevadas (GUGLIANO; MENDES; STEIN, 2020).

Segundo o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo apresentam algum tipo de deficiência, sendo que cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Nesse contexto, cerca de 46 milhões de brasileiros declaram ter algum tipo de dificuldade motora, auditiva e visual, ou deficiência mental e intelectual (IBGE, 2010).

Dessa forma, comprehende-se a necessidade de se colocar em debate a saúde das pessoas com deficiência e as políticas públicas de saúde voltadas a tais indivíduos, que ainda são ignoradas por grande parcela da população (DUBOW; GARCIA; KRUG, 2018).

Os direitos das pessoas com deficiência (PcD) estão resguardados na Constituição Federal de 1988, incluindo o direito à saúde partindo do princípio da equidade. Nesse âmbito, a Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi um marco histórico para direcionar ações de saúde para esse público. Tal dispositivo legal assegura a essa clientela atenção integral em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário aos serviços de saúde (BRASIL, 2010; BRASIL, 2015).

Em 2010, foi criada a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, a qual foi planejada com o objetivo de contemplar a diversidade que são as deficiências no contexto do atendimento de saúde. Desse modo, a assistência a essas pessoas deve se pautar para além da necessidade de atenção à saúde específica da sua própria condição, uma vez que esses indivíduos também podem ser acometidos por

doenças e agravos comuns aos demais, necessitando de outros tipos de serviços além daqueles estritamente ligados à sua deficiência (BRASIL, 2022; MACHADO, 2018).

Outro ganho de muita importância na assistência em saúde a PcD foi a criação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) no âmbito do SUS, instituída, por meio da Portaria nº 793 de 24 de abril de 2012, com o objetivo de ampliar o acesso, qualificar o atendimento em saúde, promover a vinculação das PcD e suas famílias aos pontos de atenção à saúde e garantir a articulação e a integração desses pontos nos territórios brasileiros (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012).

Apesar de todos esses avanços, ainda há a prevalência de obstáculos que precisam ser transpostos, como: dificuldades para o acesso adequado e precoce aos serviços do Sistema Único de Saúde, falta de efetividade, fiscalização, eficácia das políticas públicas, legislação em relação à saúde e à acessibilidade e carência em capacitação sociocultural e humanizada dos profissionais envolvidos (MISSEL; COSTA; SANFELICE, 2017).

Esses problemas contribuem para uma vivência permeada por violência simbólica às pessoas com alguma limitação ou impedimento físico, mental ou sensorial. Esse fato perpetua um ciclo de iniquidades no qual as pessoas com deficiência estão imersas, contribuindo para a exclusão social. Apesar disso, como fatores dificultadores deste cuidado, ainda é notável a baixa qualificação dos profissionais de saúde para as demandas dos usuários com alguma deficiência, o que requer espaços regulares de capacitação (AMORIM; LIBERALI; MEDEIROS NETA, 2018).

Mesmo o Brasil sendo um dos países com uma boa estruturação normativa sobre direitos das pessoas com deficiência, é evidente o quanto ainda é necessário avançar na garantia da operacionalização dessas leis, a fim de garantir o acesso integral dessa população (SANTOS, 2022).

3.2 Atitudes dos Profissionais de Saúde frente à Pessoa com Deficiência

Existem barreiras que impedem o acolhimento de forma integral da PcD, sendo estas de nível estrutural, atitudinal e comunicacional. As redes de atenção à saúde são comumente encontradas com inadequações da sua estrutura física, interferindo na acessibilidade e dificultando a locomoção das pessoas portadoras de deficiência. Há deficiência na formação dos recursos humanos, nos quais poucos profissionais de saúde estão preparados para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva ou

mental, o que resulta na falta de visão do paciente como um todo, trazendo um déficit na qualidade da consulta e na satisfação das necessidades de cada paciente (ARAÚJO, et al., 2018).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência norteia ações de reabilitação institucional e domiciliar que asseguram a essas pessoas acesso aos cuidados e à assistência integral, interdisciplinar e intersetorial, essenciais ao processo de reabilitação e inclusão social. Em contrapartida, nos campos de prática, ainda se observa a persistente desarticulação do cuidado por se limitarem a serem prestados às pessoas com deficiência isoladamente em seus espaços de atuação. Além disso, há uma carência de profissionais e equipes envolvidas que sejam capazes de implementar instrumentos e que possam assegurar acesso a cuidados e assistência integral, interdisciplinar e intersetorial, essenciais ao processo de reabilitação e inclusão social, para milhões de brasileiros que deles necessitam (MACHADO, et al., 2018).

As barreiras de comunicação são problemas frequentes para os usuários que não sabem ler, com diminuição da visão e/ou audição, com deficiência visual e/ou auditiva e elas incluem variáveis como: utilização dos símbolos internacionais para pessoas com deficiência física, visual e auditiva; sinalização realizada através de textos, desenhos, cores ou figuras (visuais) que indiquem os ambientes da unidade de saúde e os serviços ofertados; caracteres em relevo, braile ou figuras em relevo (tátil); recursos auditivos (sonoros); profissionais para acolhimento e outros (SANTOS, 2021).

Um estudo realizado em 2018, com estudantes que possuem em sua matriz curricular a disciplina de Libras, evidenciou que os acadêmicos não se sentiam preparados para o atendimento eficaz e qualificado ao deficiente auditivo. Das barreiras de comunicação citadas pelos acadêmicos, destacou-se a inadequada formação na língua brasileira de sinais. Entretanto, mesmo tendo reconhecido as falhas na comunicação por LIBRAS e da importância desta para a assistência adequada ao deficiente auditivo, os alunos afirmaram não buscar aprimoramento fora do curso de graduação. Sugere-se, assim, que as instituições de ensino estimulem discussões sobre como criar estratégias para sensibilizar os acadêmicos para a importância desse aprendizado (MARQUETE, et al., 2018).

Salienta-se que a comunicação constitui uma ferramenta básica do cuidado e possibilita o entendimento por parte do profissional das necessidades de saúde das

pessoas com deficiência, o que é essencial para a qualidade dos serviços de saúde que serão prestados. Estudos evidenciam insatisfação dos deficientes auditivos com o atendimento disponibilizado em saúde, em que estes não conseguem transmitir o que estão sentindo, gerando medo, ansiedade, receio, além de se sentirem discriminados pela maneira como são atendidos (ARAÚJO, et al., 2018; SILVA; BENITO, 2016).

Outro estudo avaliou a percepção e o conhecimento dos profissionais das UBSs sobre acessibilidade e assistência à PCD nos serviços de saúde, evidenciando que esses conhecimentos ainda precisam ser aprimorados, tendo em vista que metade dos profissionais não conhecem a legislação. Para isso, deve-se oferecer condições favoráveis à equipe para se obter um cuidado resolutivo, de forma a valorizar a autonomia e a independência das PCD, o acesso facilitado, a comunicação eficiente com profissionais e o atendimento de qualidade (SEDLMAIER, et al., 2021).

Ademais, a formação tecnicista do profissional de saúde faz com que este se sinta inseguro e despreparado para uma prática mais ampliada e humanizada. Os profissionais de saúde destacam a carência de capacitação sociocultural durante suas formações acadêmicas, o que contribui para a falta de conexão das ações em saúde com a inclusão social e a humanização. (MISSEL; COSTA; SANFELICE, 2017).

Sendo assim, para que o atendimento a este público seja de fato inclusivo, é esperada a criação de protocolos de atendimento e acolhimento a PCD, como também a capacitação de profissionais para esses atendimentos. Ressalta-se a importância e necessidade de qualificação para o atendimento a PCD desde a formação profissional na graduação, tendo em vista a dimensão e as lacunas existentes na assistência à saúde destes indivíduos (SOUZA; CRUZ, 2021).

Para cuidar dessa população de pessoas com deficiências, os profissionais precisam aprender a utilizar com mais propriedade outras maneiras de comunicação além da fala, especialmente por meio de elementos não verbais, tornando o relacionamento eficaz. Problemas de comunicação interpessoal são identificados em todo o sistema de saúde e tornam-se mais agravantes quando englobam barreiras de linguagem e cultura (SILVA, et al., 2017).

Percebe-se que o atendimento a pessoas com deficiência no Brasil ainda não atingiu sua integralidade, o que demanda além de conhecimento científico dos profissionais de saúde, também o conhecimento de um atendimento equânime e humani-

zado. Dessa forma, é necessário trazer o direcionamento sobre esse tema ainda durante a graduação, com a finalidade de formação de profissionais aptos ao atendimento a PCD (EGER; STOLLE, 2016; OLIVEIRA, 2020).

4 MÉTODOS

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de estudo descritivo, de delineamento transversal, com abordagem quantitativa. Estudos descritivos visam a identificação, o registro e a análise das características, dos fatores ou das variáveis que se relacionam com o fenômeno ou com o processo. A grande contribuição da pesquisa descritiva é proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida. Tem-se como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis (HULLEY, et al., 2015).

O estudo transversal é aquele que levanta e analisa dados em um tempo definido como observacional, tendo como objetivo coletar dados para estudar uma população em um determinado ponto no tempo (POLIT, 2019). O estudo transversal pode ser usado como um estudo analítico, ou seja, pode avaliar hipóteses de associações entre exposição, característica e evento. Além disso, os estudos transversais se caracterizam por ser uma alternativa rápida, simples e de baixo custo (FREIRE; PATTUSSI, 2018).

Os estudos de campo quantitativos fazem uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas e objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, o que possibilita uma maior margem de segurança. Esses estudos guiam-se por um modelo de pesquisa em que o pesquisador parte de quadros conceituais de referência bem estruturados, a partir dos quais formula hipóteses sobre fenômenos e situações que deseja estudar (HULLEY, 2010; POLIT, 2019).

4.2 Local de Estudo

O estudo foi realizado em uma universidade pública, localizada no município de Teresina, Piauí. O Centro de Ciências em Saúde dessa universidade abrange vários cursos, dentre eles os de enfermagem, fisioterapia e medicina. Os cursos de enfermagem e de fisioterapia são distribuídos em dez semestres, e os discentes têm turno integral (manhã e tarde) para cumprir carga horária total de 4.785 e 4.815 horas, respectivamente. O curso de medicina é distribuído em doze semestres, e os discentes possuem turno integral, cumprindo uma carga horária total de 4.080 horas. Além disso, a universidade proporciona aos estudantes o desenvolvimento de atividades

complementares, projetos de extensão, monitorias e projetos de iniciação científica. Os cursos oferecem 50 vagas anualmente, sendo 25 por semestre, para os cursos mencionados acima.

4.3 População e Amostra

O curso de graduação em enfermagem tem em média 109 alunos, o de fisioterapia tem 125, e o de medicina possui 150 alunos cursando os três primeiros ou os três últimos semestres. Para a constituição da amostra, adotaram-se como critérios de inclusão ser maior de 18 anos, estar regularmente matriculado e cursando os três primeiros ou os três últimos semestres dos cursos de enfermagem, fisioterapia ou medicina. Consideraram-se critérios de exclusão os estudantes que estavam em regime especial ou em situação de trancamento de curso. A amostra do estudo foi constituída por 207 acadêmicos.

4.4 Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu em maio e junho do ano de 2023. A aplicação dos instrumentos de coleta foi realizada em sala de aula, no intervalo das aulas dos estudantes e/ou em horário combinado previamente com o professor responsável pela disciplina. Após o aceite de participação mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os instrumentos de coleta de dados foram entregues em envelopes aos acadêmicos e recebidos após o preenchimento.

O instrumento de coleta de dados foi constituído por duas partes (APÊNCIDE A). A primeira parte abordou informações sobre a caracterização sociodemográfica e acadêmica, tais como: idade, sexo, curso, semestre, experiências no atendimento a pessoa com deficiência em estágios, disciplinas específicas na grade curricular sobre a temática e percepções acerca do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A segunda parte do instrumento contemplou a avaliação do conhecimento sobre pessoa com deficiência, a qual foi constituída por 15 afirmações nas quais os acadêmicos assinalaram se eram verdadeiras, falsas ou não as sabiam. Ressalta-se que o instrumento de avaliação do conhecimento foi construído tomando-se como referência o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a Política Na-

cional de Saúde da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2008) e o conteúdo de um manual educativo validado que aborda a acessibilidade e a inclusão (GRIMALDI; LIMA; OLIVEIRA, 2022).

4.5 Análise de Dados

O desfecho primário foi a análise do nível de conhecimento dos acadêmicos sobre PCD. Foram considerados como nível de conhecimento satisfatório os casos em que houve número de acertos igual ou superior a 60% das questões do instrumento de conhecimento, e como rendimento insatisfatório os casos em que o número de acertos foi inferior a esse percentual.

Esse percentual foi definido com base na média de aprovação das universidades brasileiras, que definem como aprovados os testes com acertos entre 50% e 70% em cima do total que foi aplicado. Sobre isso, para avaliação do desfecho apresentado, foi empregada a média de acertos com porcentagem mínima de 60% (MELO, et al., 2017).

Os dados foram tabulados na planilha do Excel e analisados com a utilização do Software *PASW Statistics for Windows (SPSS)* versão 20.0 com base em estatística descritiva, por meio de frequência absoluta e relativa, e foram apresentados sob a forma de tabelas. Calculou-se o quantitativo de erros e acertos de questões relacionadas ao instrumento sobre o conhecimento. E, para as associações entre as variáveis, utilizou-se o teste do quiquadrado, sendo consideradas como estatisticamente significantes as análises em que $p < 0,05$.

4.6 Aspectos Éticos e Legais

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) com o número do parecer: 6 066 013 e CAAE número: 66983523.2.0000.5209 (ANEXO B). Foi solicitada a anuênciam institucional (ANEXO A).

Foram seguidas as recomendações e os princípios éticos previstos em pesquisas que envolvem seres humanos, de acordo com a Resolução Nº 466/12, instituída pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). A solicitação de participação no estudo foi através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

Os acadêmicos participaram da pesquisa de forma voluntária e não remunerada, tendo garantia de identidade preservada e confidencialidade às informações prestadas.

5 RESULTADOS

A tabela 1 mostra a distribuição dos participantes segundo características sociodemográficas e acadêmicas. Quanto à faixa etária, a idade média foi de 21 anos, sendo a idade mínima 18 e a máxima 34, com maior concentração na faixa de 21 a 23 anos (50,2%). Prevaleceram na amostra alunos do curso de enfermagem (40,1%), seguidos de alunos de fisioterapia (39,6%), cursando os três primeiros semestres (65,2%). A maioria mencionou conhecer mais o Estatuto da Pessoa com Deficiência (68,1%) do que a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (55,6%). Entre os principais meios de informações sobre a temática, destacaram-se os jornais e as plataformas digitais (63,3%), seguidos das aulas na graduação (40,1%).

Tabela 1 - Distribuição dos acadêmicos segundo características sociodemográficas e acadêmicas, Teresina - PI, 2023 (N= 207)

Variáveis	N	%
Faixa etária (anos)		
18 - 20	65	31,4
21 - 23	104	50,2
24 – 34	28	18,4
Curso		
Enfermagem	83	40,1
Medicina	42	20,3
Fisioterapia	82	39,6
Semestre		
Primeiros três semestres	135	65,2
Três últimos semestres	72	34,8
Conhece o Estatuto da Pessoa com Deficiência		
Sim	141	68,1
Não	66	31,9
Conhece a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência		
Sim	115	55,6
Não	92	44,4
Meios pelos quais obteve informações sobre a temática		
Aulas na graduação	83	40,1
Cursos/congressos/palestras	29	14,0
Projetos de pesquisa/extensão	15	7,2
Jornais/plataformas digitais	131	63,3

Fonte: dados da pesquisa

A tabela 2 mostra dados referentes à presença da temática pessoa com deficiência na formação acadêmica. A maioria dos alunos (85,5%) mencionou não ter disciplinas específicas sobre esse assunto e também que não é um conteúdo de abordagem transversal e interdisciplinar (53,1%). Dos acadêmicos, 33,8% vivenciaram o atendimento a PCD em campos de estágio curricular, mas a maioria, 86%, se sente pouco ou não se sente capacitado para prestar assistência em saúde a esse público. Sendo assim, 99,5% destacaram a importância da abordagem desse assunto na graduação.

Tabela 2 – Caracterização dos estudantes segundo formação acadêmica e a temática pessoa com deficiência, Teresina – PI, 2023 (N= 207)

Variáveis	N	%
Disciplina específica sobre pessoas com deficiências		
Sim	32	15,5
Não	175	84,5
Abordagem transversal entre as disciplinas sobre pessoas com deficiência		
Sim	97	46,9
Não	110	53,1
Vivência em estágios no atendimento a pessoas com deficiências		
Sim	70	33,8
Não	137	66,2
Sentir-se preparado para assistência em saúde a pessoas com deficiência		
Sim	29	14,0
Não	83	40,1
Pouco	95	45,9
Considera importante abordagem durante a graduação		
Sim	206	99,5
Não	1	0,5

Fonte: dados da pesquisa

Quanto à classificação do nível de conhecimento, a tabela 3 aponta que a maioria (69,0%) dos acadêmicos apresentou nível insatisfatório de conhecimento, que correspondeu à quantidade de acertos inferior a 60% do total de questões.

Tabela 03 - Nível de conhecimento dos acadêmicos sobre pessoa com deficiência, Teresina – PI, 2023 (N= 207)

Nível de conhecimento	N	%
Satisfatório	64	31,0
Insatisfatório	143	69,0

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à avaliação do conhecimento sobre PcD, a tabela 4 apresenta o quantitativo de acertos das questões pelos acadêmicos. As questões com maior índice de acertos, que variaram de 87,43% a 98,55%, corresponderam às questões 3, 6 e 11, as quais abordaram assuntos sobre a importância da comunicação na assistência a esse público, grupos estes que não são classificados como PcD e definição de PcD física/motora. As questões 4, 5, 10 e 15 apresentaram menores percentuais de acertos, que variaram de 1,93% a 25,12%. Estas estiveram relacionadas a conteúdos que mencionaram terminologias para caracterizar as PcD, a definição de PcD, a de deficiência auditiva e o conceito sobre desenho universal.

Tabela 04 – Quantitativo de acertos de questões do instrumento de avaliação do conhecimento sobre pessoas com deficiência (PcD), Teresina – PI, 2023 (N=207)

Questões	N	%
1. Causas da cegueira congênita.	111	53,62
2. Forma de atendimento em saúde a PcD.	126	60,86
3. Comunicação do profissional e a qualidade da assistência.	204	98,55
4. Terminologias mais adequadas para caracterizar as PcD	52	25,12
5. Definição de PcD	13	6,28
6. Grupos que não podem ser classificados como PcD.	181	87,43
7. Grupos que podem ser classificados como PcD.	65	31,4
8. Definição de PcD visual.	104	50,24
9. Classificações da deficiência visual.	121	58,45
10. Definição de PcD auditiva.	4	1,93
11. Definição de PcD motora/física.	196	94,68
12. Definição de PcD intelectual.	117	56,52
13. Conceitos e classificações sobre tecnologia assistiva.	100	48,30
14. Compreensão sobre acessibilidade e as barreiras.	119	57,48
15. Conceito sobre desenho universal.	55	25,57

Fonte: dados da pesquisa

Na tabela 5, observa-se que o nível de conhecimento satisfatório aumenta conforme o avançar da idade, prevalecendo, na faixa etária de 18 a 20 anos, o maior percentual de conhecimento insatisfatório (78,5%). Verificou-se associação entre nível

de conhecimento e curso de graduação ($p=0,014$), em que os alunos do curso de medicina apresentaram maior percentual de conhecimento satisfatório (47,6%), com prevalência de 2,17 vezes maior do que os do curso de fisioterapia. Na associação entre o nível de conhecimento e o semestre do curso ($p<0,001$), os alunos dos três últimos semestres apresentaram prevalência de nível de conhecimento satisfatório 2,19 vezes maior do que aqueles que cursam os três primeiros semestres.

Tabela 05 – Nível de conhecimento sobre pessoa com deficiência relacionado com variáveis sociodemográficas e acadêmicas, Teresina – PI, 2023 (N= 207)

Faixa etária (anos)	Satisfatório N (%)	Insatisfatório N (%)	RP (IC 95%)	p
18 - 20	14 (21,5)	51 (78,5)	1,00	0,101
21 - 23	36 (34,6)	68 (65,4)	1,61 (0,94 - 2,74)	
21 - 34	15 (39,5)	23 (60,5)	1,83 (1,00 - 3,37)	
Curso				0,014
Enfermagem	27 (32,5)	56 (67,5)	1,48 (0,89 - 2,47)	
Medicina	20 (47,6)	22 (52,4)	2,17 (1,29 - 3,64)	
Fisioterapia	18 (22,0)	64 (78,0)	1,00	
Semestre				<0,001
Primeiros três semestres	30 (22,2)	105 (77,8)	1,00	
Três últimos semestres	35 (48,6)	37(51,4)	2,19 (1,47 - 3,25)	

Fonte: dados da pesquisa

p do teste qui-quadrado

RP: razão de prevalência

IC: intervalo de confiança

6 DISCUSSÃO

O presente estudo demonstrou que a maioria dos acadêmicos apresentou nível insatisfatório acerca do conhecimento sobre pessoas com deficiência (PcD), ficando evidente, também, a escassez dessa abordagem nas disciplinas curriculares e em atividades acadêmicas, tais como projetos de pesquisa, extensão e cursos.

Um estudo, realizado numa universidade pública no interior do Ceará, mostrou que o conhecimento dos acadêmicos do primeiro e do último ano do curso de enfermagem sobre a temática foi considerado satisfatório nas questões referentes à definição de PcD (91,4%), à deficiência visual (60%) e à deficiência física (100%). As questões sobre acessibilidade apresentaram baixa taxa de acertos (14,3%). Ressalta-se que a maioria desses alunos era composta de participantes de projetos de pesquisa e de extensão sobre a temática PcD (OLIVEIRA; GRIMALDI, 2020).

Sabe-se que a extensão universitária vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos e de prestação de serviços. Ela organiza o processo de aprendizagem sem, necessariamente, cumprir uma grade curricular estática, correlacionando a vida acadêmica aos problemas da população (OLIVEIRA, 2017). Assim, incentiva-se que as universidades proporcionem, por meio de projetos de pesquisa e de extensão, estratégias de aprendizado sobre pessoas com deficiência.

Um estudo, que desenvolveu projeto de extensão com o objetivo de promover o ensino de LIBRAS para acadêmicos dos cursos de saúde e para profissionais de saúde, demonstrou a ampliação do interesse dos participantes acerca da saúde da pessoa com deficiência auditiva e acerca dos processos de inclusão (MOURA; LEAL, 2019).

A literatura mostra que estudantes da área de saúde, em virtude da falta de formação adequada, possuem dificuldades de, ou até mesmo evitam, estabelecer um contato mais próximo com pacientes que sejam PcD.

É o que evidencia uma pesquisa que avaliou o conhecimento e o nível de conforto de estudantes do primeiro ano de medicina em relação às PcD, antes e após uma sessão educacional focada nas disparidades de saúde e de cuidados apropriados à PcD. Após as sessões, foi observada uma melhora significativa nos níveis de conhecimento sobre PcD. Além disso, houve *feedback* positivo dos alunos, os quais relataram serem aquelas uma importante fonte de aprendizado, o que contribuiu para que os estudantes se sentissem mais seguros com o tema (POTPALLY, 2020).

Uma pesquisa norte-americana, que buscou compreender as atitudes e experiências autorrelatadas por estudantes de medicina em relação às PCDs e à formação acadêmica, mostrou que, embora a maioria dos estudantes tenham relatado ter recebido algumas informações sobre o assunto durante o curso, 80% relataram que sua formação foi insuficiente. Apesar de suas atitudes, de sua escolaridade e de suas experiências, os entrevistados relataram sentir-se inseguros para obter uma anamnese, para realizar um exame físico e para estabelecer um diagnóstico diferencial quando o público era PCD (CHARDAVOYNE, 2022).

Uma pesquisa, realizada por Atkins et al. (2022) na Universidade de Nova Jersey, mostrou que acadêmicos de enfermagem experimentaram dificuldades cognitivas, emocionais, interpessoais e educacionais ao prestarem assistência a crianças com deficiências física e mental.

Muitas universidades não possuem disciplinas específicas para os atendimentos das necessidades em saúde desse público. A formação inadequada e as atitudes negativas levam ao despreparo. Para ofertar assistência qualificada, os estudantes da área da saúde necessitam de treinamento e experiência no cuidado às PCDs (IBGE, 2010; EDWARDS; NASH 2023).

Para Edwards, Cron e Shonk (2022), é necessário que durante a graduação existam disciplinas específicas sobre esse tema. Esses pesquisadores alegam que os alunos se sentirão mais confiantes e competentes durante a prática. Com isso, os autores sugerem que mais pesquisas investiguem essa problemática, para que se possa sensibilizar a comunidade acadêmica para a criação de disciplinas e planos de aula que atendam a essa demanda.

Uma experiência clínica realizada com acadêmicos de enfermagem nos Estados Unidos indicou que essa experiência prática em estágios pode transformar as atitudes dos estudantes em relação às PCD e melhorar suas habilidades clínicas (EDWARDS; NASH, 2023).

É o que demonstrou, também, outro estudo norte americano, que objetivou avaliar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes dos alunos de medicina após o contato destes, na prática, com indivíduos com lesão medular. Os estudantes demonstraram atitudes respeitosas (99%) e não julgadoras (99%) aos pacientes com lesão medular, e 91% interagiram adequadamente com o cuidador do paciente. Esta experiência forneceu aos alunos ferramentas necessárias para cuidar de pacientes com lesão medular (JOHN, 2019).

No presente estudo, a maioria dos acadêmicos mencionou não se sentir preparada para o atendimento em saúde a PcD. Resultado semelhante é observado numa pesquisa realizada em uma universidade pública no Paraná com estudantes dos cursos de enfermagem e de educação física, que mostrou que os acadêmicos não se sentiam preparados para o atendimento eficaz e qualificado a PcD auditiva. Foi observada a necessidade de criação de estratégias para sensibilizar os acadêmicos para a importância desse aprendizado e para oferecer uma formação de qualidade, buscando capacitá-los, efetivamente, para comunicação e atenção à saúde da PcD auditiva (MARQUETE, 2018).

Nota-se que esse déficit de conhecimento sobre PcD não ocorre somente nos cursos de enfermagem e medicina, mas também, em outros cursos da saúde, como farmácia e odontologia. Isso aponta para o questionamento de que se tais cursos de graduação tratam os cuidados a PcD como uma temática relevante a ser abordada ainda no contexto de formação dos profissionais de saúde (WILSON, 2019; SALAMA; AL-BALKHI, 2022; BLAKELY, 2022).

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos demonstrou que estudantes de farmácia precisam obter o conhecimento e as habilidades necessárias para fornecer cuidados de saúde eficazes aos pacientes com deficiência. Nesse sentido, é essencial que as escolas e as faculdades de farmácia preparem os estudantes para serem competentes e confiantes na prestação de cuidados eficazes e acessíveis a essa população (BLAKELY, 2022).

Para Salama e Al-Balkhi (2022), é primordial também fornecer ensino aos estudantes de odontologia sobre os cuidados bucais para PcD, uma vez que essas pessoas adquirem mais doenças odontológicas do que a população em geral e a maioria não recebe cuidados odontológicos de rotina.

Diante disso, a ausência da abordagem dessa temática durante a graduação gera inseguranças para a atuação do futuro profissional no atendimento de saúde à PcD. Portanto, observa-se, na literatura, que o conhecimento insatisfatório sobre pessoas com deficiência também se estende aos profissionais da área da saúde.

Percebe-se que os profissionais de saúde, em sua maioria, também não estão preparados para prestar atendimento em saúde às pessoas com deficiência. Isso acontece por terem sido insuficientes as abordagens específicas desse assunto no currículo, como também por haver, no serviço, carência de capacitação direcionada

às demandas em saúde desse público, o que reflete na fragilidade da prestação de serviços (ÁVILA, 2022).

Um estudo, realizado em Teixeira de Freitas, na Bahia, avaliou o conhecimento de profissionais de unidades básicas da saúde sobre acessibilidade das pessoas com deficiência. Percebeu-se que quase a metade (47%) não conhecia a legislação sobre os direitos das PCD, que 44% relataram ter alguma dificuldade ou dúvida sobre o atendimento da PCD, que 45,3% afirmaram que não havia distinção no acolhimento da PCD aos demais usuários e que apenas 37,7% afirmaram que a PCD tinha prioridade no acolhimento. Diante disso, o conhecimento dos profissionais de saúde sobre acessibilidade e assistência em saúde para a PCD precisa ser aprimorado, para que o cuidado seja resolutivo, de forma a valorizar a autonomia e a independência das pessoas com deficiência (SEDLMAIER, 2021).

As práticas profissionais ainda carecem de capacitação para o cuidado integral nas unidades básicas de saúde. Para Barreto *et al.* (2022), é imprescindível o papel da atenção primária na efetividade de um modelo de atenção à saúde que garanta a integralidade do cuidado.

A insatisfação das PCD com a assistência que lhes é prestada é reflexo da formação e da capacitação dos profissionais que realizam atendimento a esse público. Quando se trata de pacientes com deficiência física ou sensorial, a realização de uma assistência, que garanta qualidade, ainda é um dos principais desafios percebidos pelos profissionais da saúde.

Uma pesquisa realizada em Natal evidenciou que os profissionais nem sempre sabem abordar a PCD adequadamente. Diante disso, esse público reluta em procurar os serviços de saúde, acreditando que não será bem acolhido pelos profissionais de saúde. As PCD acreditam que não conseguem ser vistas de forma integral nos seus aspectos biopsicossociais, o que interfere na sua relação com o médico e, consequentemente, na busca por ajuda profissional (LINS, 2018).

Diante do contexto que se discute, faz-se necessária a abordagem sobre PCD no âmbito acadêmico. É essencial que os futuros profissionais da área de saúde possuam conhecimento sobre pessoas com deficiência, para que possam oferecer um atendimento com qualidade, com abordagem humanizada e integral, que atenda as demandas das PCD de acordo com suas especificidades.

7 CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos, verificou-se que a maioria dos acadêmicos demonstrou nível insatisfatório de conhecimento sobre pessoas com deficiência.

Nesse contexto, percebe-se a necessidade da oferta de aulas sobre o atendimento às particularidades em saúde da pessoa com deficiência, bem como do incentivo a projetos de pesquisa e de extensão, durante a graduação, sobre essa temática.

É importante que os acadêmicos da saúde (futuros profissionais) sejam capacitados e qualificados para atuação na atenção primária, nos serviços de reabilitação, bem como no atendimento de alta complexidade. Essa formação profissional deve ser individual, permanente e continuada, para melhor acolher as PCD e para fornecer melhores cuidados.

Como limitação, aponta-se a escassez de estudos sobre a temática que foram direcionados à comunidade acadêmica, o que dificultou análises comparativas. Sugere-se, ainda, que estudos futuros sejam ampliados a outras universidades e que sejam estendidos aos profissionais de saúde, para que seja possível identificar as deficiências e para promover capacitações nos serviços de atendimento. Adicionalmente, seria relevante a realização de estudos voltados para a implementação de atividades educativas com acadêmicos e profissionais, assim como seria essencial, também, a avaliação do impacto destas no conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A.S.C. et al. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL. **Rev. Enferm Atual In Derme** v. 95, n. 36, 2021. Disponível em: < <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1107/1134> >. Acesso em: 12 de nov. de 2022.
- AMORIM, É. G.; LIBERALI, R.; NETA, O. M. M. Avanços e desafios na atenção à saúde de pessoas com deficiência na atenção primária no Brasil: uma revisão integrativa. **Holos**, v. 1, n. 0, p. 224-236, 2018.
- ARAÚJO, Y. F. L. et al. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Anais III CON-BRACIS**, 2018. Acesso em: 19 de mai. de 2023.
- ATKINS, R. et al. Service learning: Nursing' civic engagement with diverse populations of children with special needs. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 65, p. 1-9, jul. 2022.
- AVILA, A. L. et al. O CUIDADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOB PERSPECTIVA DO SERVIÇO MULTIDISCIPLINAR. **Salão Do Conhecimento**, v. 8, n. 8, 2022.
- BARRETO, F. M. P. ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL. **VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**, v. 7, n.1, 2022.
- BEZERRA, C.P.; NICOLAU, A.I.; BEZERRA, G.P.; MACHADO, M.N.; PAGLIUCA, L.M. Acesso aos serviços de saúde por mães cegas: dos enfrentamentos aos ensinamentos. **Acta Paul Enferm.** v.33, p.1-9, 2020. Disponível em: < <https://acta-ape.org/article/acesso-aos-servicos-de-saude-por-maes-cegas-dos-enfrentamentos-aos-ensinamentos/> >. Accesso em: 20 de nov. 2022.
- BLAKELY, M. L. Call to Integrate Content Related to Disabilities into Contemporary Pharmacy Curricula. **Am J Pharm Educ.**, v. 86, n. 8, nov. 2022.
- BRASIL. (2008). **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de abr. 2012b Seção 1, p. 1-2.

Brasil. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. 30 dez. 2010. 7.

Brasil. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. 25 abr. 2012.

CASTRO, A. M. M; SILVA, J. S; MACEDO, L. C. S. A; ROSA, N. S. F; BERTUSSI, D. C; SANTOS, M. L. M; MERHY, E. E. BARREIRAS AO ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva**, v. 2, 2021. Disponível em: <<https://homologacao.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/11351>>. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

CHARDAVOYNE, P. C.; HENRY, A. M.; FORTÉ, S. K. Understanding medical students' attitudes towards and experiences with persons with disabilities and disability education. **Disabil Health J.**, v. 15, n. 2, abr. 2022.

DIAS, T.E.C.; FRICHE, A.A.L.; LEMOS, S.M.A. Percepções quanto à qualidade do cuidado de usuários da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. **CoDAS**. v.31, n.5, 2019. Disponível em: < SciELO - Brasil - Percepção quanto à qualidade do cuidado de usuários da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência Percepção quanto à qualidade do cuidado de usuários da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

DUBOW, C.; GARCIA, E.L.; KRUG, S.B.F. Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde. **SAÚDE DEBATE**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 455-467, abr-jun 2018. Disponível em: < SciELO - Brasil - Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde >. Acesso em: 18 de dez. 2022.

EDWARDS, A. P.; NASH, A. J. Transformative care for people with disabilities: Empowering senior nursing students with competency based clinical education-A qualitative study of the impact. **Nurse Education Today**, v. 126, jul. 2023.

EDWARDS, A. P.; CRON, S.; SHONK, C. Comparative effects of disability education on attitudes, knowledge and skills of baccalaureate nursing students. **Nurse Educ Pract**. v. 61, p. 103330, mar. 2022.

EGER, A.; STOLLE, R. 2016. **SENSIBILIZANDO ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE PARA A COMPREENSÃO DAS QUESTÕES INERENTES À PESSOA COM**

DEFICIÊNCIA FÍSICA NA SOCIEDADE E NA SAÚDE. Trabalho de Projeto Integrador submetido ao Instituto Federal de Santa Catarina para conclusão do Curso Técnico em Enfermagem, Joinville, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/agata/App-Data/Local/Temp/Temp4_outrosmateriaisparaotcc.zip/1%20TCC%20Acad%C3%AAmicos.pdf>. Acesso em 10 dez. 2022.

FREIRE, M.C.M.; PATTUSSI, M.P. **Tipos de estudos.** In: Estrela, C., Ed., Metodologia Científica: Ciência, Ensino e Pesquisa, 3a ed., Artes Médicas, Porto Alegre, 2018, p. 109-127.

GOMES, C.C. **Construção e validação do questionário: avaliação do conhecimento dos enfermeiros atuantes na atenção primária sobre alimentação infantil.** 2016. 73 p. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2016.

GRIMALDI, M. R. M.; LIMA, M. M. N.; OLIVEIRA, P.M. P. **Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, p. 44, 2022.

GUGLIANO, A. A.; MENDES, T. Z.; STEIN, G. Q. Políticas públicas e direitos das pessoas com deficiência no Brasil (1988-2016). **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 2, n. 1, p. 9–23, 2021. DOI: 10.14295/cn. v2i1.11559. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/cn/article/view/11559>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

HULLEY, S. B.; CUMMINGS, S. R.; BROWNER, W. S.; GRADY, D. G.; NEWMAN, T. S. **Delineando a pesquisa clínica.** 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota técnica 01/2018:** Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. Rio de Janeiro: IBGE; 2018 [citado 2022 Març 17]. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf.

JONH, J. T. et al. Assessment of an Innovative Spinal Cord Injury Session That Addresses an Educational Gap. **American Journal of Physical Medicine & Rehabilitation.** 98, n. 11, p. 1031-1035, nov. 2019.

LINS, V. C. M. **Percepção das pessoas com deficiência sobre a atenção à saúde e sua contribuição para a educação médica.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, curso de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde (MPES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MACHADO, W.C.A; PEREIRA, J.S.; SCHOELLER, S.D.; JÚLIO, C.C; MRTINS, M.M.F.P.S; FIGUEIREDO, N.M.A. Comprehensiveness in the care network regarding the care of the disabled person. **Texto Context- Enferm**, v. 27, n. 3, 2016.

MACHADO, W. C. A. et al. INTEGRALIDADE NA REDE DE CUIDADOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Rev Texto Contexto Enferm**, v 27, n 3, 2018.

MAFFACCIOLLI, R; OLIVEIRA, D. L. L. C. Desafios e perspectivas do cuidado em enfermagem a populações em situação de vulnerabilidade. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 39, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v39/1983-1447-rgenf-39-e20170189.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

MARQUETE, V. F. et al. FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ATENÇÃO A SAÚDE DE DEFICIENTES AUDITIVOS. **Rev Enferm UFSM**, v. 8, n. 4, p. 649-660, out-dez. 2018.

MELO, G.S.M. et al. Semiologia e semiotécnica da enfermagem: avaliação dos conhecimentos de graduandos sobre procedimentos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 2, p. 254-270, 2017.

MISSEL, A.; COSTA, C. C. D.; SANFELICE, G. R. Humanização da saúde e inclusão social no atendimento de pessoas com deficiência física. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.15, n. 2, p. 575-597, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00055>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MOURA, C. M. B.; LEAL, M. E. ALibras na Saúde – Ensino da Língua Brasileira de Sinais para Acadêmicos e Profissionais da Saúde. **Revista Práticas em Extensão**, São Luís, v. 03, n. 01, p. 02-07, 2019.

NUNES, G. C; NASCIMENTO, M. C. D; LUZ, M. A. C. A. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id on-line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 10 n. 29, 2016. Disponível em: < Pesquisa científica: conceitos básicos | ID on-line. Revista de psicologia (emnuvens.com.br)>. Acesso em: 14 de dez de 2022.

OLIVEIRA, C. S.; BRÉTAS, A. C. P.; ROSA, A. S. A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA GRADUAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL DE ENFERMEIROS. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 1, p. 171-186, jan. 2017.

OLIVEIRA, V. C.; GRIMALDI, M. R. M. CONHECIMENTO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A TEMÁTICA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Congresso Internacional de Produção Científica em Enfermagem. **ENFservic**, n. 1, v. 1, p. 226, 2020.

POLIT, D.F. **Fundamento de pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para a prática de enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. 431p.

POTPALLY, N. et al. An introductory educational session improves medical student knowledge and comfort levels in caring for patients with physical disabilities. **Disability and Health Journal**, v. 13, jan. 2020.

SALAMA, F. S.; AL-BALKI, B. K. Effectiveness of educational intervention of oral health for special needs on knowledge of dental students in Saudi Arabia. **Disability and Health Journal**, v. 13, n. 1, jan. 2020.

SANTOS, L. S. A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ATENÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2021. Disponível: <<https://atena.ufpe.br/bitstream/123456789/43757/1/Santos%2C%20Letícia%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SEDLMAIER, B. M. G. et al. PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO DE PROFISSIONAIS DE UNIDADES BÁSICAS DA SAÚDE SOBRE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v. 17, n. 00, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.26673/tes.v17i00.14251>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SILVA, M. A.M.; BENITO, L. A. O. Conhecimento de graduandos em enfermagem sobre língua brasileira de sinais (LIBRAS). **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 23-30, jan-jun, 2016. Acesso em: 18 dez. 2022.

SILVA, M. J. et al. ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ATENÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DAS DIFICULDADES APONTADAS PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. **Temas em Saúde**, v. 17, n. 3, João Pessoa, 2017.

SILVA, N. R. N. et al. Atuação do enfermeiro na reabilitação da saúde da pessoa com deficiência. **REAS**, v 13, n 2, 2021.

SOARES, J.R; PAGLIUCA, L.M.F; BARBOSA, E. M. G; MAIA, R. Aquisição de conhecimento para comunicação na consulta de enfermagem com o cego. **Rev Rene**, v. 19, 2018. Disponível em: < Aquisição de conhecimento para comunicação na consulta de enfermagem com o cego | Rev Rene (Online);19: e3490, jan. - dez. 2018. | LILACS | BDENF (bvsalud.org)>. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

SOUZA, K. R; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação E Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21–44, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>>. Acesso em: 01 de dez de 2022.

SOUZA, M. S.; CRUZ, S. P. L. Assistência a pessoas com deficiência: Atuação das enfermeiras na Atenção Primária à Saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18463>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

WILSON, K. E. et al. Meeting the needs of patients with disabilities: how can we better prepare the new dental graduate? **British Dental Journal**, v. 227, p. 43–48, 2019.

APÊNDICE A - Instrumento de Coleta de Dados

PARTE 1 – Caracterização dos acadêmicos

Código do questionário: _____

1. Idade: _____

2. Curso

1. () Enfermagem 2. () Medicina 3. () Fisioterapia

3. Semestre que cursa:

- 1.() Primeiros três semestres
2.() Três últimos semestres

4. Você conhece (sabe sobre o que se trata) o Estatuto da Pessoa com Deficiência?

1. () Sim 2. () Não

5. Você conhece (sabe sobre o que se trata) a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência?

- 1.() Sim 2. () Não

6. Meios pelos quais você já recebeu informações sobre a temática pessoas com deficiência:

1. () aulas teóricas ou práticas na graduação
2. () cursos/congressos científicos/palestras
3. () projetos de pesquisa/extensão
4. () informações veiculadas por meio de jornais/revistas/plataformas digitais

7. Na grade curricular do seu curso existe alguma disciplina específica voltada para a temática pessoas com deficiências?

1. () Sim 2. () Não

Se sim, qual? _____ Essa disciplina é: () optativa () obrigatória

8. No seu curso é abordado de forma transversal entre as disciplinas o tema “pessoas com deficiência” ou sobre “atitudes dos profissionais de saúde no atendimento a pessoas com deficiência”?

1. () Sim 2. () Não

9. Você, alguma vez, nos estágios da universidade, já atendeu / vivenciou em consultas o atendimento a pessoas com deficiências?

1. () Sim 2. () Não

10. Você se sente preparado para atender de forma qualificada pessoas com deficiência?

1. () Sim 2. () Não 3. () Pouco

11. Você considera o tema “pessoas com deficiência” um assunto importante para ser abordado durante a graduação?

- 1.() Sim 2. () Não

PARTE 2: Conhecimento sobre Pessoas com Deficiência

Prezado(a) acadêmico(a),

Leia as instruções a seguir e depois responda as questões.

INSTRUÇÕES:

- As questões listadas a seguir são para avaliarmos o seu conhecimento sobre Pessoas com Deficiência (PcD), baseadas nos materiais: Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Política Nacional de Saúde da PcD.

- O instrumento contém 15 afirmativas, para as quais deve assinalar se está “Verdadeira”, “Falsa” ou “Não Sei”.

NÃO é necessário justificá-las caso sejam falsas.

- Não se preocupe em acertar ou errar as questões, o importante é que responda de acordo com o seu conhecimento prévio, de forma mais sincera possível. Sua identidade não será revelada em nenhum momento.

Agradeço sua participação!

1. Doenças infecciosas gestacionais como toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, sífilis e o vírus zika podem causar cegueira congênita.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

2. Os profissionais de saúde devem atender as pessoas com deficiência da mesma forma que as pessoas sem deficiência.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

3. A comunicação estabelecida pelo profissional de saúde com a pessoa com deficiência reflete na qualidade da assistência.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

4. “Pessoa com necessidades especiais” ou “pessoa portadora de deficiência” são consideradas as terminologias mais adequadas para caracterizar as pessoas com deficiência.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

5. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação em igualdade de condições com as demais pessoas.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

6. Idosos e gestantes se enquadram no conceito de pessoas com deficiência.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

7. O paciente ostomizado é considerado uma pessoa com deficiência.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

8. A deficiência visual é caracterizada por um comprometimento da função visual que pode ser revertida com tratamentos clínicos e ou cirúrgicos e uso de óculos convencionais.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

9. Pessoa com baixa visão não é considera pessoa com deficiência visual.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

10. A deficiência auditiva é caracterizada pela perda unilateral, total ou parcial da capacidade de ouvir, manifestando-se como surdez leve e moderada e surdez severa ou profunda.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

11. A deficiência motora/física representa uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

12. A deficiência mental/intelectual refere-se ao funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

13. As tecnologias assistivas se restringem aos objetos físicos, como dispositivos ou equipamentos, que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover autonomia e independência.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

14. A definição mais completa de acessibilidade se reduz à remoção de barreiras físicas existentes nos espaços públicos e privados para que as pessoas com deficiência possam usufruí-los com segurança e autonomia.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

15. Desenho universal refere-se à construção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico.

1. () Verdadeiro 2. () Falso 3. () Não sei

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ- UESPI CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM



Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Eu, Ágata Maria Xavier de Araújo, estou convidando você para participar da pesquisa intitulada “*Conhecimento de Acadêmicos da Área da Saúde sobre Pessoas com Deficiência*”, que tem como orientadora e pesquisadora responsável Adriana Sousa Carvalho de Aguiar, que é enfermeira e professora do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Piauí.

O objetivo da pesquisa é avaliar o conhecimento de acadêmicos dos cursos de enfermagem, medicina e fisioterapia sobre a temática pessoas com deficiência.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um instrumento que abordará informações sobre sua formação acadêmica e conhecimento sobre o assunto. Para avaliar o conhecimento, serão 15 afirmações para as quais assinará se são “verdadeiras”, “falsas” ou “não sei”. Sua participação terá duração em média de 15 a 20 minutos.

A aplicação do questionário será realizada na sala de aula, no intervalo dos estudantes e/ou em horário combinado previamente com o professor responsável pela disciplina. Os instrumentos de coleta de dados serão entregues em envelopes e recebidos após o preenchimento.

Se aceitar participar, tem a garantia de resarcimento, caso haja despesas, e tem o direito a buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Salientamos que a sua participação na pesquisa será voluntária, de livre e espontânea vontade, e não terá despesas, cabendo-as as próprias pesquisadoras.

Ao participar da pesquisa, ficará exposto a um risco/desconforto mínimo, na medida em que perguntaremos sobre assuntos da referida temática, que avaliam seu conhecimento e ao tempo despendido para responder. Entretanto, para isso, o instrumento será breve, objetivo, respondido numa sala reservada, garantida a privacidade e o anonimato das informações e respeitada a decisão se não quiser mais responder sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo para o atendimento que recebe na instituição que estuda. A manutenção do sigilo e anonimato da sua identidade será garantida durante todas as fases da pesquisa, pois não será citado seu nome em nenhum momento. As informações prestadas serão utilizadas como única finalidade de colaborar com a presente monografia de graduação e divulgadas, posteriormente, para fins científicos, como resultados de pesquisa, sendo resguardados todos os aspectos éticos mencionados.

O benefício que esperamos com esse estudo é contribuir para um diagnóstico da situação local, identificar fragilidades e oportunizar o (re) pensar da formação profissional voltada para uma assistência em saúde inclusiva. Espera-se sensibilizar acadêmicos da área da saúde (futuros profissionais) para a importância de adquirir conhecimentos sobre as pessoas com deficiência e assim contribuir para a melhoria da assistência em saúde prestada a essa clientela.

Informo, ainda, que você tem o direito de não participar, se assim desejar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo ou penalização na instituição onde estuda. Assim como, também, será garantido ao participante o acesso aos resultados da pesquisa.

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), será emitido em duas vias, sendo uma delas deixada com você e a outra com a pesquisadora. Estas serão rubricadas em todas as suas páginas e assinadas ao seu término, pelo (a) Sr.(a), caso aceite participar do estudo, assim como pela pesquisadora.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável Adriana Sousa Carvalho de Aguiar no telefone (85) 96158005 e no endereço Rua Olavo Bilac 2335 – Centro Sul ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos. Este fica no Centro de Ciências da Saúde – FACIME (CCS/UESPI), na Rua Olavo Bilac, 2335 Centro (Sul); Telefone (86) 3221 4749/32216658; E-mail: **comitedeeticauespi@uespi.br**. Horário de atendimento: segunda a sexta, das 08h00 às 12h00.

Teresina, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador assistente

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO A - Declaração de Autorização da Instituição Coparticipante

	ANEXO A – Anuênciâa Institucional UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACIME BACHARELADO EM ENFERMAGEM	
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA		
Eu, <u>FABIANA T. DE CARVALHO PORTELA</u> _____ Diretora do Centro de Ciências da Saúde - CCS, venho por meio desta informar que autorizo a realização da pesquisa intitulada "CONHECIMENTO DE ACADÉMICOS DA ÁREA DA SAÚDE SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA" a ser desenvolvida pela assistente de pesquisa Ágata Maria Xavier de Araújo, acadêmica de Enfermagem da Universidade Estadual do Piauí, sob orientação da Profª Samira Rêgo Martins de Deus Leal, a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Piauí.		
Autorizo a pesquisadora a utilizar o espaço da instituição para aplicação de questionários com os acadêmicos de enfermagem, fisioterapia e medicina. Afirmo que não haverá qualquer implicação negativa aos acadêmicos que não queiram ou desistam de participar do estudo.		
Teresina, <u>07</u> de Dezembro de 2022. <u>Fabiana Teixeira de Carvalho Portela</u> <small>Fabiana Teixeira de Carvalho Portela Diretora do Centro de Ciências da Saúde – FACIME</small>		
 <small>Profª Dir. Fabiana Teixeira de Carvalho Portela Diretora do Centro de Ciências da Saúde-CCS Matrícula: 227019-6 CCS - UESPI</small>		

ANEXO B- Parecer Consustanciado do CEP



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PIAUÍ - UESPI**



PARECER CONSUSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONHECIMENTO DE ACADÉMICOS DA ÁREA DA SAÚDE SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pesquisador: Samira Rego Martins de Deus Leal

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66983523.2.0000.5209

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.066.013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de estudo descritivo, de delineamento transversal, com abordagem quantitativa. O estudo será realizado numa universidade pública, localizada no município de Teresina, Piauí. O Centro de Ciências em Saúde dessa universidade abrange vários cursos, dentre eles os cursos de enfermagem, fisioterapia e medicina. O curso enfermagem e fisioterapia são distribuídos em dez semestres, o curso de medicina é distribuído em doze semestres e os discentes possuem turno integral. O curso oferece 50 vagas anualmente, sendo 25 por semestre, para os cursos mencionados acima. O curso de graduação em enfermagem tem em média 109 alunos, fisioterapia 125 e medicina 150 alunos cursando os três primeiros e os três

últimos semestres. Prevê-se que amostra do estudo seja constituída por toda população de 384 acadêmicos dos três cursos da referida universidade. Como critérios de inclusão, tem-se ser maior de 18 anos e que esteja regularmente matriculado no ano corrente da pesquisa,

cursando os três primeiros ou os três últimos semestres dos cursos de enfermagem, fisioterapia ou medicina. Serão considerados critérios de exclusão os estudantes que estiverem em regime especial ou em situação de trancamento do curso. A previsão para a coleta de dados será nos meses de abril e maio do ano de 2023, condicionada à aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa.

A aplicação dos instrumentos de coleta será realizada na sala de aula, no intervalo dos estudantes e/ou em horário combinado previamente com o professor responsável pela disciplina. Após o aceite de participação mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

CEP: 64.001-280

Bairro: Centro/Sul

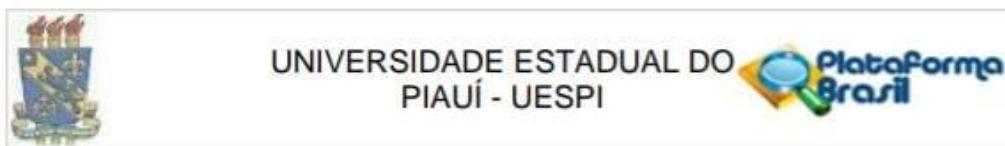
Município: TERESINA

UF: PI

Fax: (86)3221-4749

Telefone: (86)3221-6658

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



Continuação do Parecer: 6.066.013

(APÊNDICE B), os instrumentos de coleta de dados serão entregues em envelopes aos acadêmicos e recebidos após o preenchimento. O instrumento de coleta de dados será constituído por duas partes (APÊNDICE A). A primeira parte abordará informações sobre a caracterização acadêmica, tais como: idade, sexo, curso, semestre, experiências no atendimento à pessoa com deficiência em estágios, presença de disciplinas específicas na grade curricular sobre a temática e percepções acerca do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A segunda parte do instrumento contempla a avaliação do conhecimento sobre pessoa com deficiência, constituída por 21 afirmações para as quais o acadêmico assinará se são verdadeiras, falsas ou não sabe. Ressalta-se que o instrumento de avaliação do conhecimento foi construído tomando-se como referência o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2008) e o conteúdo de um manual educativo validado que aborda sobre acessibilidade e inclusão (GRIMALDI; LIMA; OLIVEIRA, 2022). A cada questão do instrumento de avaliação será atribuída um ponto, de modo que a pontuação do instrumento variará de 0 a 21 pontos, tendo como critérios estabelecidos para a classificação do nível de conhecimento (GOMES, 2016): Nível Regular: menor ou igual a 11 pontos (menor ou igual a 50%); Nível Médio: entre 12 e 16 pontos (51% a 80%); Nível Elevado: maior ou igual a 17 pontos (maior ou igual a 81%). Os dados serão tabulados na planilha do Excel e analisadas utilizando-se o Software PASW Statistics for Windows (SPSS) versão 20.0. O projeto do estudo será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e será solicitada a anuência institucional (ANEXO A). Serão obedecidas as recomendações e princípios éticos previstos em pesquisas que

envolvem seres humanos, de acordo com a Resolução No 466/12, instituída pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

Critério de Inclusão:

Como critérios de inclusão: ser maior de 18 anos e que esteja regularmente matriculado no ano corrente da pesquisa, cursando os três primeiros ou os três últimos semestres dos cursos de enfermagem, fisioterapia ou medicina.

Critério de Exclusão:

Serão considerados critérios de exclusão os estudantes que estiverem em regime especial ou em situação de trancamento do curso.

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespibr@uespi.br



Continuação do Parecer: 6.066.013

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar o conhecimento de acadêmicos da área da saúde sobre pessoas com deficiência.

Objetivo Secundário:

Estimar o nível de conhecimento dos acadêmicos da área da saúde à cerca da temática pessoa com deficiência.Verificar a associação entre as variáveis acadêmicas e nível de conhecimento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos referem-se à possibilidade de desconforto pelo fato do participante não saber responder as perguntas da pesquisa para avaliação do conhecimento. Entretanto, será garantida a privacidade e o anonimato das informações fornecidas e respeitada a decisão do participante caso não queira participar do estudo a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo para o atendimento que recebe na instituição que estuda.

Benefícios:

Dentre os benefícios destaca-se a possibilidade de identificar lacunas relacionadas ao conhecimento sobre pessoas com deficiência e de despertar para a importância de abordar esse tema na formação dos profissionais de saúde. Assim, sensibilizar a comunidade acadêmica para a realização de uma assistência de saúde mais inclusiva e com qualidade, voltada para as diversidades e particularidades dessa clientela. As informações colhidas neste estudo poderão no futuro contribuir para elaboração de estratégias voltadas para essa problemática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa viável e de grande alcance social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados:

- Folha de Rosto preenchida, assinada, carimbada e datada.
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em linguagem clara e objetiva com todos os aspectos metodológicos a serem executados e/ou Termo de Assentimento (para menor de idade ou incapaz);
- Declaração da Instituição e Infra-estrutura em papel timbrado da instituição, carimbada, datada e assinada;

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



Continuação do Parecer: 6.086.013

- Projeto de pesquisa na íntegra (word/pdf);
- Instrumento de coleta de dados EM ARQUIVO SEPARADO(questionário/intervista/formulário/roteiro);

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a análise, conforme a Resolução CNS/MS Nº466/12 e seus complementares, o presente projeto de pesquisa apresenta o parecer APROVADO por se apresentar dentro das normas de eticidade vigentes. Apresentar/Enviar o RELATÓRIO FINAL no prazo de até 30 dias após o encerramento do cronograma previsto para a execução do projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJECTO_2078750.pdf	15/02/2023 20:14:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_COM_TCLE_MODIFICADO.pdf	15/02/2023 20:13:45	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.pdf	15/02/2023 20:13:14	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Outros	Link_Curriculo_Lattes_pesquisadores_responsaveis.pdf	31/01/2023 13:05:54	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Outros	Declaracao_compromisso_pesquisadores.pdf	31/01/2023 12:58:05	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Outros	Carta_encaminhamento_CEP.pdf	31/01/2023 12:57:43	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Outros	Instrumento_de_Coleta_de_Dados.pdf	31/01/2023 12:57:24	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_institucional_Autorizacao_Pesquisa.pdf	31/01/2023 12:56:44	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	31/01/2023 12:53:40	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	31/01/2023 12:53:27	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	31/01/2023 12:52:16	Adriana Sousa Carvalho de Aguiar	Aceito

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PIAUÍ - UESPI



Continuação do Parecer: 6.066.013

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 17 de Maio de 2023

Assinado por:
LUCIANA SARAIVA E SILVA
(Coordenador(a))

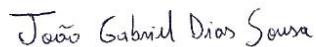
Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335 **CEP:** 64.001-280
Bairro: Centro/Sul **UF:** PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3221-6658 **Fax:** (86)3221-4749 **E-mail:** comitedeeticauesp@uespi.br

ANEXO C – Declaração de Revisão Ortográfica

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO GRAMATICAL DE TCC

Eu, João Gabriel Dias Sousa, portador do CPF nº 603.079.973-83 e do RG nº 0356091020085 SSP/MA, declaro, para os devidos fins, ter realizado a revisão e a correção gramatical, das páginas 1 a 49, do trabalho intitulado **Conhecimento de acadêmicos da área da saúde sobre pessoas com deficiência**, da graduanda Ágata Maria Xavier de Araújo, do curso de Enfermagem, da Universidade Estadual do Piauí.

Teresina – PI, 05 de agosto de 2023



João Gabriel Dias Sousa

Graduado em Letras Português e Inglês – UEMA (2020)
Especialista em Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa - Faculdade UniBF (2021)
Mestrado em Letras – UESPI (2023)

ANEXO D – Declaração de Tradução

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR TRADUÇÃO LÍNGUA INGLESA

Eu, Bruna dos Santos de Melo, CPF Nº 045171163-79, graduada em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, pela Universidade Estadual do Maranhão – (UEMA), portadora do diploma Nº 66588, devidamente registrado, declaro que traduzi de língua portuguesa para a língua inglesa o resumo do trabalho de conclusão de curso intitulado **CONHECIMENTO DE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**, da aluna **ÁGATA MARIA XAVIER DE ARAÚJO**, do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Piauí.

Por ser verdade, firmo a presente.

Caxias – MA, 08 de Agosto de 2023

Bruna dos Santos de Melo
Bruna dos Santos de Melo

Formação em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e
Respectivas Literaturas – (UEMA)
Especialista em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho – (UFPI)